

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

### SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO

Reunião Ordinária n.º 13  
de 24 – 02 - 2024

<b>Mesa da Assembleia Municipal</b>		
<b>Nome do Membro</b>	<b>Cargo</b>	<b>P/F</b>
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
Catarina Aurora Rodrigues Mira	1º Secretário	P
António José Gomes Nabeiro	2º Secretário	P

<b>Membros Eleitos</b>	<b>P/F</b>	<b>Presidentes de Juntas de Freguesia</b>	<b>P/F</b>
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	José Carlos Gonçalves	P
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	P	David Manuel Barbeitos	P
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	P	Joaquim Silva	P
Vítor Jorge Castro Rodrigues	P	Agostinho Alves	P
Maria das Dores Vaz Fernandes a)	P	Estrela Rodrigues c)	P
António Manuel Domingues	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	P	José da Ascensão Afonso	P
Vítor Sílvio Cardadeiro	P	Alfredo Domingues	P
Bárbara Lima b)	P	Amadeu Esteves	P
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	P	Ricardo Jorge Alves	P
Maria Aurora Soares Alves	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
Tiago José Baleixo Lourenço	P	Manuel Fernando Teixeira Pereira	P
Augusto Manuel de Oliveira Pinto	P		
Fernanda Catarina P. Pinto Barbosa	P		
Manuel António Almeida	P		
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	P		
Ariana A. Rodrigues Fernandes	P		

**P-Presença    F-Falta**

- a) Substitui Maria José Rodrigues Dias
- b) Substitui Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues
- c) Substitui Amado Dias

Quando eram dez horas, do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, deu-se início à sessão.

Após a verificação da presença dos Deputados e Presidentes de Junta presentes, a Presidente da Assembleia, colocou à votação a ata da última sessão de 22 de dezembro de 2023. O ponto 14 dessa ata, sobre o orçamento, por uma questão de cumprimento de prazos com o Tribunal de Contas, já tinha sido aprovado. A ata **foi aprovada por maioria, com quatro abstenções dos Deputados que não se encontravam presentes nessa reunião.**

<b>Assunto n.º1</b>	<b>Período de “Antes da Ordem do Dia”</b>
---------------------	---

A Senhora Presidente da Mesa, antes de abrir as inscrições para este ponto da ordem do dia, referiu que tem havido alguns problemas com os Correios, nomeadamente na entrega das cartas com as convocatórias que saíram no dia 15 de dezembro e que, alguns deputados, à data da reunião não as tinham recebido. Como tal, a Senhora Presidente da Assembleia propôs que, e apesar de todas as datas das reuniões de Assembleia estarem no portal do município, dali em diante, além das cartas com o aviso de receção, fosse também enviado um e-mail para os Senhores Deputados, de forma a evitar estes contratempos.

Inscreveram-se para o período de antes da ordem do dia os Deputados: Aurora Soares, Manuel Rodrigues, José Albano Domingues e Diogo Castro.

A senhora deputada Aurora Soares, no uso da palavra, principiou por dirigir cumprimentos à Mesa da Assembleia e ao Executivo, aos vereadores e deputados, e ao público presente.

Iniciou a sua intervenção dizendo que, por diversas vezes falou, quer na Assembleia Municipal, quer em Assembleias de freguesia, da necessidade urgente de obras nos passeios das Carvalhiças, que se encontram num estado lastimável, todos partidos e desnivelados, devido às raízes das árvores existentes no local. Nessa altura, o Senhor Presidente respondeu que tais passeios iriam ser arrançados no momento da execução do Plano de Requalificação e Urbanização das Carvalhiças, porém a situação já se



arrasta há vários anos, pelo que questionou o Senhor Presidente se o referido projeto já se encontrava aprovado e se já haveria previsão do início da execução do mesmo.

A Senhora Deputada referiu ainda que havia frequentemente quedas de pessoas no local, e caso as obras não se iniciassem a curto prazo, era urgente a reparação dos passeios, de forma a evitar danos mais graves no futuro.

Outro assunto mencionado pela Senhora Deputada foi o parque de skates. Disse que, na última Assembleia Municipal, o Senhor Presidente referiu que os equipamentos do Parque de Skates iriam ser recolocados no local durante o mês de janeiro, porém, estando quase a terminar o mês de fevereiro, tal não acontecera. Terminou a sua intervenção desejando que, com as férias da Páscoa a chegar, esperavam que nessa altura os praticantes de Skate já pudessem usufruir de todas as valências do referido parque.

A Senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Deputado Manuel Rodrigues. O Senhor Deputado após cumprimentar a Mesa e restante Assembleia, apresentou o assunto da sua intervenção: as casas de Alvaredo. A escritura do terreno ainda não foi feita. Na sua opinião, este foi um processo controverso e bastante polémico, em que inicialmente foram planeadas mais de 70 casas, passando actualmente para 37, visto que as 70 tinham causado alarme social, embora, na opinião do Senhor Deputado, lhe pareça que ainda não haja apaziguamento. Referiu que havia uma ação em tribunal, pelo que questionou o Senhor Presidente se essa ação seria sobre a realização da escritura ou se põe em causa o projeto, e se assim é, se haveria um plano B, porque realmente é preciso aproveitar esse investimento.

Ainda no período de antes da ordem do dia o Deputado José Albano Esteves Domingues iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos à Mesa e seus membros, ao Executivo Municipal e Vereadores, às Deputadas e Deputados municipais, às técnicas do Município presentes e ao Senhor Augusto Fernandes, da parte do público. Deu nota de pretender abordar dois assuntos. No primeiro deles o Senhor Deputado lembrou ter recentemente decorrido o concurso para a atribuição dos lotes da Zona Empresarial de Alvaredo, importando, pelo interesse de que se reveste para o concelho, saber quais os resultados de tal concurso, questionando o Senhor Presidente da Câmara acerca de quantos concorrentes apresentaram propostas, para quantos



lotes, quais as empresas em questão e, em particular, quantos postos de trabalho cada uma delas prevê criar no território. Concluindo neste ponto, e reproduzindo o que a tal respeito disse ter lido na “Informação Interna” do Senhor Presidente da Câmara, onde consta que três lotes foram atribuídos, questionou se tal significa que já foram assinados os contratos de cedência ou de concessão. No segundo dos assuntos que disse pretender abordar, o Deputado José Albano, referiu-se ao concurso público do serviço público de transporte de passageiros nos Municípios do Alto Minho, lançado em novembro de 2023 e de cujo resultado tomaram conhecimento pela comunicação social e pelo correio eletrónico que a empresa “Transcunha, Lda” pediu que fosse distribuído a todos os deputados da Assembleia Municipal. A respeito deste tema o senhor deputado começou por referenciar a aprovação, pelos dez Municípios da CIM, da proposta vencedora, que foi a do Concorrente “Nex Continental Holdings, SLU”, mais conhecido por “ALSA”, operador espanhol, com origem nas Astúrias, com uma proposta no valor de cerca de 21,6 milhões de euros, para um período de três anos de atividade, e que motivou a apresentação de reclamação, em sede de audiência prévia, pela concorrente “Transcunha, Lda”, do Grupo AVIC, que argumentou, fundamentalmente, com três ordens de razões para defender a ilegalidade do concurso e pedir a sua anulação: em primeiro lugar a omissão do pedido de parecer prévio e vinculativo da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes; em segundo a falta de legitimidade dos Municípios, enquanto entidades adjudicantes, quanto à gestão e exploração das linhas intermunicipais e inter-regionais integrantes do objeto do concurso; em terceiro e último lugar, a integração no objeto do concurso de uma linha (municipal) incluída no objeto da concessão dos transportes urbanos da área de Viana do Castelo e freguesias limítrofes, já contratada com a própria reclamante “Transcunha”. Prosseguiu depois o interveniente José Albano Domingues dizendo que os deputados da bancada do PSD entendem como acertado o critério da opção pela proposta economicamente mais vantajosa, e que não põem em causa a seriedade do trabalho do Júri escolhido pelos Municípios, mas ficando preocupados com as acusações do cometimento das ilegalidades de que as entidades adjudicantes/Municípios, por delegação da CIM, naquela reclamação são acusadas, e, sobretudo, pela repercussão negativa que a eventual anulação do concurso possa ter para os Municípios, em particular os Melgacenses, mormente em



função do eventual retardamento na implementação das carreiras. Relevou que Melgaço está cada vez mais longe de tudo, também e fundamentalmente pela crescente diminuição das carreiras inter-regionais e nacionais. Finalizou a sua intervenção dizendo que urge, com salvaguarda do interesse das populações do Alto Minho, tudo fazer para incrementar as facilidades nas deslocações e a regularidade das linhas e da rede de transportes públicos, promovendo a satisfação das prementes necessidades dos nossos concidadãos a esse nível, mas, obviamente, e como não podia deixar de ser, desde que com respeito e com salvaguarda da legalidade.

Pediu a palavra o Deputado Manuel Luís Gonçalves. Após os cumprimentos a toda a Assembleia, o Senhor Deputado começou por dar nota quanto à intervenção da Senhora Presidente da Mesa sobre as convocatórias, concordando plenamente que fossem enviadas simultaneamente por e-mail, visto que hoje em dia todos tinham e-mail, sendo mais rápido, mais fácil, mais ecológico e com acesso mais célere a toda a informação, visto que os Correios demoram mais tempo.

O motivo da intervenção do Senhor Deputado prendeu-se com a questão da Rede de Transportes do Minho e com a pronúncia de um dos concorrentes a esse concurso, que havia sido enviada pela Presidente da Mesa a todos os Deputados, no dia anterior à realização da Assembleia.

A referida empresa, a Transcunha, veio manifestar-se contra uma notícia publicada na comunicação social que dava conta da intenção de adjudicação do concurso de concessão da rede de transportes públicos do Alto Minho à empresa ALSA. Num texto que manifestamente não foi escrito pelo seu subscritor, referiu o Deputado, esta empresa insurge-se, como referido também pelo Deputado José Albano, em síntese, contra dois aspetos: legalidade do procedimento e interesse público.

As questões invocadas são essencialmente de natureza jurídica e não lhes cabe sindicar, mas sim ao júri do procedimento que, refere o Senhor Deputado, irá proferir a decisão de adjudicação de forma fundamentada como exige a lei. Ainda assim, sempre se dirá o seguinte: quanto à omissão do PPV da AMT (Autoridade da Mobilidade e dos Transportes), existe um parecer da AMT para o concurso que o precedeu. Tendo o concurso anterior sido extinto por exclusão de todas as propostas, não há necessidade

de outro parecer quando este concurso tem o mesmo objeto do anterior, nisso consiste o princípio do aproveitamento dos atos administrativos.

Quanto à falta de legitimidade dos Municípios quanto à gestão e exploração das linhas intermunicipais e inter-regionais, de acordo com o programa de procedimento, as entidades adjudicantes são a CIM e os 10 Municípios. A CIM é responsável pela gestão dos transportes intermunicipais e inter-regionais e os municípios são os responsáveis pela gestão dos transportes a nível municipal. E não só a lei permite que os municípios se associem para a prossecução conjunta das competências, em matéria de serviços públicos de transporte de passageiros municipais, como também permite que deleguem na CIM essas competências. No caso em apreço, não só os municípios figuram como entidades adjudicantes, como também celebraram com a CIM um contrato inter-administrativo de delegação de competências. Quanto à integração no Concurso de uma linha municipal incluída num contrato de concessão em vigor em Viana do Castelo, é junto um acórdão do STJ que fala na exclusividade até 2025. Ou o contrato apenas poderá entrar em vigor, nessa parte, a partir dessa data ou então o contrato de concessão em curso certamente prevê as regras e consequências para um cenário de resolução antecipada do contrato. Referiu ainda o Senhor Deputado da bancada do PS que, tirando esses aspetos de natureza legal, na realidade o que sobressai da exposição da Transcunha é que a proposta que essa empresa apresentou não é válida e não respeita o interesse público. Não é válida porque ultrapassa em mais de 8M€ o preço-base do concurso, o que, nos termos do art.º 70.º do Código dos Contratos Públicos, determina a exclusão da proposta, sobretudo tratando-se de critério monofator. E, não respeita o interesse público porque é mais cara e porque viola a concorrência ao pretender colocar em causa os critérios do lançamento do concurso (calendários e frequências, horários e percursos), tratando-se de poder discricionário da entidade adjudicante. A empresa veio alegar o conhecimento que tem do território e das necessidades de mobilidade da população de cerca de 40 anos de serviço na região. A empresa é uma boa empresa, mas não está acima da lei nem pode passar por cima dos critérios de concorrência exigidos pela lei, nacional e comunitária. Quanto à ameaça de que estará atenta ao processo de adjudicação e do contrato de concessão para assegurar que os critérios de adjudicação não são violados ou adulterados, parece



muito bem ao Partido Socialista. Isso sim é do interesse público e por isso mesmo é que felizmente hoje em dia há transparência nos processos de contratação pública, nomeadamente a publicitação do contrato no Portal Base e a aprovação dos orçamentos e das contas que são públicas.

A última intervenção do período antes da ordem do dia, foi do Senhor Deputado Diogo Castro. Após cumprimentar toda a Assembleia, o Senhor Deputado voltou a abordar o assunto da habitação em Alvaredo. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara um esclarecimento sobre o desenvolvimento deste tema e também qual o ponto de situação relativamente à Zona Empresarial de Alvaredo. Questionou se haveria boas notícias, isto é, se haveria empresas a pretender fixar-se em Melgaço.

Terminadas as questões colocadas neste ponto da ordem do dia, a Senhora Presidente passou a palavra ao Presidente da Câmara para esclarecer os Deputados acerca dos assuntos abordados.

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes na Assembleia e iniciou os esclarecimentos relativamente às questões colocadas pela Deputada Aurora Soares. Relativamente aos passeios na zona das Carvalhiças, referiu que não houve um compromisso datado para resolver essa situação, mas que havia o compromisso de o resolver, e também, a contratualização para quem tem ali terrenos e propriedades confinantes com o espaço público o mais breve possível. Têm noção de que é uma zona da Vila que precisa de intervenção para ficar requalificada com qualidade para os cidadãos. Sobre o parque de Skates, na zona do Rio do Porto, o Presidente esclareceu que não houve um compromisso para janeiro, houve sim um compromisso de tratar desse assunto. Neste momento estão a tratar do projeto, uma proposta feita pelo projecto Jovem Autarca. Estão a tratar do financiamento para resolver esta situação que proporciona uma oferta complementar aos jovens, tendo noção de que a oferta na área do desporto, no município, é única.

O Deputado Manuel Rodrigues colocou a questão da habitação em Alvaredo. Se há empenho relativamente a essa questão pública para arrendamento acessível, essa é uma ambição do município, numa ligação estreita com a Junta de Freguesia de Alvaredo que, desde o início, teve interesse em que isso acontecesse. O processo está a avançar. É verdade que ainda não houve escritura pois um lote, que aparentemente

parecia ser apenas um artigo, afinal um conjunto de artigos, pelo que foi necessário fazer uma escritura justificativa, que exige que no prazo de um mês seja feita a respectiva publicação. Só em março, haverá condições de fazer a escritura do terreno na totalidade para continuar com o projeto que vai avançar. O Senhor Deputado disse que era um processo polémico, mas não pelo lado da Câmara, e sim do lado da população. A autarquia tem conversado e trabalhado com a população no sentido de chegar a um consenso, tendo, em consequência disso, reduzido o número de habitações. Ouviram-se a população e os seus anseios e fez-se esse ajuste no projeto, com os valores que foram aprovados em reunião de Câmara e na Assembleia. Brevemente, haverá oportunidade de fazer a interação com o IRHU para que se dê continuidade. A ação popular relativamente a esse projeto é do conhecimento de todos. Os consultores jurídicos da autarquia agarraram nessa ação popular e perceberam que ela não impede, de todo, que possam continuar com o projeto, portanto continuará.

Sobre a intervenção dos Deputados José Albano Domingues e Diogo Castro, em que solicitam mais informação sobre a Zona Empresarial de Alvaredo, o Senhor Presidente referiu que, como é do conhecimento público, houve um concurso que terminou o dia 1 de dezembro com a entrada de candidaturas para a Zona Empresarial. Na altura da inauguração, a 9 de janeiro, o Presidente teve oportunidade de dar nota de que as propostas que havia ocupariam cerca de 80% da zona disponível. Existe um relatório final, relativamente a esse concurso, com duas empresas a quererem implantar-se nesse terreno. Uma delas ocupará toda a zona maior, com um lote de 22000 m<sup>2</sup> mais o lote ao lado de 4000 m<sup>2</sup>, perfazendo cerca de 25000m<sup>2</sup>, de construção de portas e janelas de alumínio e PVC, que se deslocará para Melgaço e que pretende ser a maior empresa de produção desse material do país. É uma empresa de capital espanhol, de nome Roypasa, que já está a contratualizar com a autarquia. Ainda não há escritura, havendo já um compromisso da parte da empresa, e até a transferência de boa parte do valor dessa mesma escritura, para que, em março comece a construção da fábrica de enorme dimensão na ZEA. Esse investimento é na ordem dos 4/5 milhões de euros, com muita tecnologia associada, que se reflete na criação de, aproximadamente, 100 postos de trabalho no território.

Outra empresa interessada, e que também está a contratualizar com a autarquia, é uma empresa nova do grupo Transcol, que possui uma fábrica grande em Rio Maior. Pretendem construir em Melgaço uma fábrica ligada à investigação e desenvolvimento de produtos para a construção civil de grande inovação. Um valor de investimento na ordem dos 2 milhões de euros, com muita tecnologia e investigação associadas e que se chamará Gradualworld. Criarão 15 postos de trabalho, sendo que destes, cerca de 50% serão qualificados. Estão assim com 80% de ocupação da Zona Empresarial, com dois lotes disponíveis, não havendo nenhuma urgência na restante ocupação enquanto não houver condições para avançar de imediato para a segunda fase. Quando houver projetos de qualidade estes serão bem acolhidos.

Sobre o concurso de transportes referido pelo Deputado José Albano Domingues, referiu que é um concurso que está a ser desenvolvido há uns anos pela CIM, muito antes da pandemia. Com a atribuição das competências dos transportes aos municípios e às CIM, a CIM do Alto Minho, no mandato anterior, avançou com a preparação do caderno de encargos. Não foi possível lançar o concurso porque, entretanto, surgiu a pandemia e tudo ficou parado. Depois deste processo pandémico, já no início deste mandato, há dois anos, arrancaram com a revisão do caderno de encargos, adequando-o à realidade pós pandémica. Essa revisão originou o lançamento do concurso no ano de 2023. Esse concurso teve uma proposta, com um valor real, também de um grupo espanhol, um conjunto de três ou quatro propostas “a fazer de conta”, propostas essas que se carregam na plataforma, com o valor simbólico de 1€, para que se tenha acesso a toda a documentação que a plataforma dispõe. O concurso provisório deu com a proposta desta empresa e, depois das reclamações e de uma análise mais criteriosa, entenderam que não tinham absoluta segurança para terminar o concurso e por isso ele foi anulado no mês de agosto de 2023. Seguiu-se a preparação do segundo concurso, lançado em novembro, como já foi referido pelo Deputado Manuel Luís Gonçalves, que foi muito esclarecedor relativamente às questões ligadas ao assunto. Nesse momento teve 7 propostas e umas delas foi dada como vencedora. O senhor Presidente, referiu ainda que, a CIM do Alto Minho, nunca comunicou rigorosamente nada sobre esse concurso. Houve notícia em comunicado social, que não foi feita pela CIM do Alto Minho, até porque achavam que ainda não era hora de o fazer. Relativamente a esse

concurso foram feitos o relatório preliminar e o relatório final, aprovado no concelho intermunicipal, e irá a aprovação de todos os municípios nas próximas duas semanas. Os Senhores Vereadores terão oportunidade, na próxima reunião de câmara, de fazer a discussão do relatório final do concurso e da minuta de adjudicação da parte do município, para que esse concurso possa ser posteriormente publicado e levado a tribunal de contas. A reclamação, apresentada pela Empresa Avic /Transcunha enviada para as Assembleias municipais foi feita a seguir ao relatório preliminar. O júri, muito bem assessorado por gente altamente especializada nos transportes, considerou que essa reclamação não teria qualquer problema para o seguimento dos transportes. Consideram pois, que se verificam todas as condições para seguir e fechar esse concurso e levá-lo a tribunal de contas, para que o mais depressa possível, a Rede de transportes do Alto Minho possa estar a funcionar. É uma rede para 3 anos mais um, com o objetivo de responder àquilo que foram as necessidades detetadas pelos municípios, sem terem dados concretos. A empresa que tanto reclama, no primeiro e no atual concurso, é a mesma empresa que nega informação ao júri do concurso que durante estes anos andou a preparar o caderno de encargos. Em algumas matérias, foi desenhado um concurso às cegas, porque não há informação. Ninguém sabe quantos utentes andam nas carreiras públicas, não é o caso de Melgaço, porque há três anos a esta parte, abriu um concurso em moldes que permitem obter essa informação. Mas, nos outros municípios há muitos anos que não há dados sobre quantas pessoas andam em cada carreira e qual é a faturação que é feita em cada uma delas. O concurso pretende, uma vez a operação a funcionar, introduzir dados permanentes para que se possa, a partir desse momento, ter dados concretos sobre todo o distrito, para se poder redesenhar e afinar o concurso posterior no final do período desses 3 anos mais 1. A CIM do Alto Minho sabe que vão estar sujeitos a interrogações, questões judiciais permanentes, a uma pressão gigantesca, pois já está a acontecer e vai continuar, mas entendem que têm condições para continuar a fazer esse caminho e chegar ao fim e ter uma Rede de Transportes estruturadas para o Alto Minho. A diferença que o Senhor Deputado José Albano referiu, 800 mil euros, já foi corrigida, são 8 milhões de euros que diferem da empresa que está apontada no relatório final como a vencedora e a proposta feita pelo grupo que reclama.



O Senhor Deputado Manuel Rodrigues interveio apenas para referir que, relativamente ao concerto de Natal organizado pelo Presidente da Junta da Freguesia de Alvaredo, só tinha que o parabenizar, pela excelente organização e ambiente que proporcionou, esperando que se repita. A Senhora Presidente da Assembleia, que também teve a oportunidade de estar presente, concordou com o Senhor Deputado, referindo que foi um momento único e de imensa qualidade.

Terminadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia, passou ao ponto dois da ordem de trabalhos.

<b>Assunto n.º2</b>	<b>Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal</b>
---------------------	---

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia acrescentar mais alguma informação sobre este assunto. O Presidente da Câmara entendeu que não era necessário, pelo que a Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

<b>Assunto n.º3</b>	<b>Análise e deliberação da abertura de Concurso Público para Concessão de Obra Pública das “Casas de Fronteira de S. Gregório</b>
---------------------	--

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir este ponto da ordem de trabalhos. O Senhor Presidente da Câmara referiu que esta uma questão que já tinha sido tratada várias vezes neste órgão. Na última Assembleia o Senhor Presidente da Câmara teve oportunidade de dizer em resposta ao Deputado Augusto Pinto que em breve daria notícia sobre este assunto. Depois de conseguirem essa nova concessão, das casas de fronteira, por via da transferência de competências, têm agora oportunidade de lançar o concurso público para a exploração das mesmas. O objetivo é transformar aquele conjunto habitacional extraordinário, num espaço de turismo de grande qualidade. O concurso lançado vai no



sentido de encontrar entidades que estejam interessadas em fazer o investimento e em fazer a exploração desse espaço com as condições que são colocadas no programa.

Pediram para intervir neste ponto os Senhores Deputados Augusto Pinto e Manuel Luís Gonçalves.

O Deputado Augusto Pinto iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Referiu, que a propósito deste assunto, a bancada do PSD ficara satisfeita por mais um projeto para a requalificação e exploração das Casas de Fronteira de S. Gregório. Segundo o senhor deputado, muito felizes ficariam, se desta vez fosse avante e se revelasse economicamente viável. Dizem isto, porque as perspetivas, com base no estudo de viabilidade económica que lhes foi distribuído, lhes parecem demasiado otimistas. Entendem, designadamente, por muito otimista, uma taxa de ocupação média inicial na ordem dos 48%, quando, como sabem, qualquer empreendimento desta natureza tem de ganhar nome e imagem de mercado para registar taxas de ocupação dessa ordem. Também entendem como otimista que alguém aceite pagar por quarto/noite 100€ em média, apenas para dormir, se não lhe for proporcionada a fruição de outros serviços como sejam SPA, piscina, salão de jogos ou ginásio. Não acreditam ser fácil que alguém se predisponha a fazer um investimento inicial na requalificação superior a 2,5 milhões de euros, que demoraria dezenas de anos a amortizar e quando a entidade adjudicante apenas permite a isenção de rendas pelo prazo de 10 anos, o que significará o valor de 160 mil euros. Gostariam, todavia, de estar enganados. O Senhor Deputado Augusto questionou o Senhor Presidente, se existe alguma pessoa ou entidade que se profile interessada, porque entendem como importante que o caderno de encargos fosse formatado tendo presente um projeto concreto e os propósitos de investimento. Muito tristes ficariam se o concurso ficasse “deserto” e que daqui a meses ou anos, estivessem a estudar um novo projeto, uma nova afetação ou destinação a dar a tais edifícios que, como toda a gente concorda, são emblemáticos para S. Gregório, para o concelho e para a região.

A Presidente da Mesa, deu a palavra ao Deputado Manuel Luís Gonçalves. O Senhor Deputado disse que deixava uma nota mais otimista do que acabara de ouvir do Senhor Deputado Augusto Pinto, entendendo, no entanto, alguns dos receios por ele transmitidos. Antes de mais, é importante destacar a iniciativa da Câmara Municipal no

lançamento deste concurso público. Trata-se de um tema amplamente debatido na Assembleia e que agora tem condições para finalmente avançar. Sabem que as Casas de Fronteira de São Gregório representam um património histórico e cultural único que merece ser valorizado e protegido. Ao promover a concessão desta obra, a Câmara Municipal está a demonstrar um compromisso firme com a preservação da nossa história, e ao mesmo tempo a permitir lançar um projeto económico para que as gerações futuras possam desfrutar e aprender com o legado deixado pelos nossos antepassados na nossa história recente. Mas, para além da preservação do património histórico, esta concessão irá trazer vantagens significativas para o município. Vivemos numa região do interior que, como tantas outras, precisa de mais pessoas e de uma economia local fortalecida. Através do empreendimento turístico projetado, podem-se atrair visitantes e investidores para o território, permitindo gerar empregos e impulsionar o comércio local. Isso não beneficiará apenas os empresários locais, mas também trará rendimento para as famílias e melhorias na nossa economia local, a par de outros empreendimentos turísticos em curso no concelho, como a reabilitação do Grande Hotel do Peso. Por outro lado, tendo em conta a localização deste edifício, estão certos de que haverá também um contributo significativo na promoção do intercâmbio cultural e na divulgação do património, a nível nacional e internacional. Estão a falar de uma oportunidade excelente para promover a identidade cultural, a nossa gastronomia, as tradições, e atrair turistas interessados em vivenciar a autenticidade e a história de Melgaço. Entendeu também, que é importante ressaltar dois aspetos: a concessão irá ser uma fonte adicional de receitas para o Município; a concessão não significa a perda do controlo sobre o património. Referiu que o Programa de Concurso estabelece critérios rigorosos para a seleção do concessionário, e o Caderno de Encargos prevê uma duração de 30 anos do contrato e contém cláusulas contratuais que asseguram a conservação e a manutenção adequada do edifício, de forma a preservar a sua autenticidade e valor histórico. Portanto, concluiu, desejando que haja muitos concorrentes interessados, com boas propostas de exploração e que o empreendimento venha a ser um sucesso.

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões colocadas. Começou por referir que, se é um anseio do PSD ver este assunto resolvido,



muito antes disso, é um anseio do Executivo da Câmara Municipal, que desde 2014 agarrou nesse processo, quando se fez um drama social aquando da venda das Casas de Fronteira. A partir daí o Município agarrou esse processo, não deixou que aquele conjunto habitacional fugisse para qualquer outro fim, com a oportunidade de ter um projeto na área social. Nunca esse projeto chegou a ir a concurso público, foi uma intenção de investimento que não teve condições de ser desenvolvido e não avançou. Estão agora a desenvolver o concurso público que o Senhor Deputado, Augusto Pinto, chama de otimista. Otimista, porque considera uma taxa de ocupação elevada, porque considera o valor médio por quarto de inadequado. O Senhor Presidente referiu que, não considera nada otimista se tiverem em consideração aquilo que é a realidade actual do município. A taxa de ocupação média, em todo o município, é da ordem dos 47/48%, sabendo que há unidades hoteleiras em que a taxa de ocupação está nos 80/90%, havendo, ainda, anos em que os 90% foram ultrapassados. Atualmente, como já foi referido, há um projeto de enormíssima qualidade do ponto de vista de execução, o hotel no Peso, cuja abertura se prevê para este ano. Um hotel que se irá posicionar com valores dos quartos acima dos 100€, pois afirmar-se-á como um Hotel de grande referência. Não acha otimista, quando se verifica um conjunto de outros projetos a chegar ao território, por exemplo, uma quinta junto ao rio Minho, a iniciar a construção da Adega, com um projeto do Souto Moura. Depois de construída, construirão 7 apartamentos, também com a assinatura do mesmo arquiteto, que serão vendidos não a 100€, mas com certeza a 300 e 400€ a noite e que, segundo o Senhor Presidente, quem está a construir esse projeto, não tem dúvidas de que será bem conseguido. Não acha otimista quando há um conjunto de investimentos a chegar a Castro Laboreiro, e já teve oportunidade de receber investidores, que irão transformar uma aldeia em Castro Laboreiro, um lugar, com um projeto na ordem de 80 quartos, com qualidade média alta. O município tem feito simultaneamente um trabalho importante de posicionamento estratégico no turismo e está destinado a receber turistas de qualidade e de valor. E, o projeto das Casas de Fronteira não fugirá desta linha. O aproveitamento de um conjunto casas, de beleza extraordinária, colocado num sitio absolutamente simbólico, que é a fronteira, próximo daquilo que tem sido um ponto de interesse que é a zona de Cevide, com o marco n.º1 de Fronteira, com enorme visitaçã, entendem que, aquele lugar, se



bem apresentado, terá uma grande procura de turismo de grande qualidade. Portanto, estão otimistas porque os valores colocados não são nada de extraordinário. O Presidente da autarquia acredita que haverá interessados no projeto, mas estão perante um concurso público, não podem assim dizer que estão a desenhar um concurso para A,B ou C, isso era uma ilegalidade. Está na hora de avançar, arriscar e arranjar uma solução para aquilo que é do ponto de vista patrimonial, simbólico para o território.

No seguimento da resposta do Senhor Presidente da Câmara à intervenção do Deputado Augusto Manuel Oliveira Pinto, e da intervenção do Deputado Manuel Luís Gonçalves nesse assunto da ordem de trabalhos, pediu a palavra o Deputado José Albano Domingues, que, no uso dela, venceu que também os deputados da bancada do PSD desejam, inquestionavelmente, que o concurso tenha sucesso, e que a reabilitação das casas de fronteira venha a ser, após as várias tentativas falhadas, uma realidade. Prosseguiu dizendo que também os deputados do PSD querem ser otimistas, mas que importa que sejam igualmente realistas. Afirmou não se ser realista quando se projeta uma ocupação média para o empreendimento turístico, logo no início do seu funcionamento, na ordem dos 47/48%, correspondente àquela que se refere ser a média da ocupação dos estabelecimentos dessa natureza no concelho, e tal porquanto, como é sabido, essa percentagem de ocupação não pode ser transposta para um empreendimento que acaba de se implantar no mercado, quando carece ainda de se projetar e afirmar, ganhando nome, notoriedade e imagem. O Deputado José Albano focou, por outro lado, a grandeza do investimento inicial, que ficará a cargo do privado, na ordem dos dois milhões e meio de euros, comparativamente com a dispensa de pagamento de renda durante dez anos, o que não perfaz mais do que 180.000,00 €uros. Realçou ainda os custos de produção, nomeadamente com o quadro de pessoal, contribuições, seguros, segurança e higiene, energia e fornecedores. Relembrando a alusão do senhor presidente da Câmara ao arquiteto Souto Moura, autor de um outro projeto ligado ao turismo no concelho, o Deputado José Albano afirmou que o dito arquiteto até pode ser considerado uma mais-valia para qualquer projeto, mas que certamente não foi ele que inventou a arquitetura, assim como não será ele o garante da sustentabilidade do empreendimento nem da sua viabilidade económica. Particularizou a situação concreta da casa de turismo rural que o próprio Deputado possui em Castro



Laboreiro, dando nota de que há meses, como o último, em que os custos, mormente energéticos, com uma fatura de mais de quatrocentos euros, e uma vez deduzidas as comissões de quem faz a gestão do empreendimento, supera mesmo as receitas. E finalizou a sua intervenção dizendo que é importante que haja projetos no território, e que se crie investimento, mas que tão ou mais importante é que os projetos venham para ficar e se revelem rentáveis e economicamente sustentáveis.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu, que já em anteriores assembleias, o Senhor Deputado havia dito que achava que alguns investimentos em Melgaço eram para dar prejuízo, quando se falava em hipermercados. O Senhor Presidente salientou acredita, no investimento que referiu, aliado ao Souto Moura, e também noutra investimento, uma habitação em Paderne, que só pela sua arquitetura trouxe grandes arquitetos a nível mundial que quiseram visitar e ficar na referida casa. Portanto, a arquitetura também traz pessoas. E entende que, também nessa situação as pessoas não estejam a investir para terem prejuízo. Embora tenham, com certeza, outro tipo de investimentos que lhes trazem conforto às suas empresas e também às suas vidas, isto é, não estão a investir para ter prejuízo. Quando se fala em sustentabilidade e de médias de ocupação, não podem avaliar a sustentabilidade de um projeto nem avaliar a sua média de taxa de ocupação, tendo em consideração os dois meses piores do ano que são janeiro e fevereiro. Portanto, acredita, que a média de ocupação ao longo do ano lhes traga a capacidade de cobrir aquelas despesas maiores. É com essa base, e sabendo que há uma procura grande do ponto de vista turístico, que se sente otimista para o território, na área do turismo. Não há dúvidas, a não ser que haja uma situação internacional muito drástica, que o país pode continuar a crescer e que o turismo no território também, sobretudo, alavancar o turismo de grande qualidade.

Já após a segunda intervenção do Senhor Presidente da Câmara neste ponto, pediu novamente a palavra o Deputado José Albano Esteves Domingues para, a respeito do por aquele afirmado, dizer não admitir que deturpem as suas palavras, pois que o por si realmente afirmado, em anterior Assembleia, não foi que havia empresas que vinham para Melgaço para perder dinheiro. Relembrou que o por ele afirmado, como o senhor Presidente muito bem sabia, assim como os deputados presentes nessa

reunião, foi que a filosofia de algumas empresas, multinacionais ou com uma cadeia de centenas de lojas, passa por se instalarem em territórios de baixa densidade onde não tem garantida a rentabilidade, mas com o propósito de se expandirem territorialmente e alargarem a sua base de clientes e de negócio, sendo que, a final, o que importa é somar lucros com rentabilidades nulas ou mesmo prejuízos e, no final do ano fiscal, fazer contas aos impostos que se vai pagar. Prosseguiu dizendo que não gosta de falar de cor, que quando afirmou o que referiu veiculou informação que lhe foi transmitida por alguém que trabalha dentro de um grande grupo nacional, que também ele, Deputado, trabalha na área da venda a retalho há uma dúzia de anos, e questionando se o que a esse respeito fora afirmado pelo senhor Presidente da Câmara o era por ter ouvido dizer, ou se tem o mesmo algum investimento no concelho, na área, que lhe permita falar com conhecimento de causa, o que disse não lhe conhecer.

Terminada a explicação do Senhor Presidente da Câmara e não havendo mais pedidos de intervenção a senhora Presidente da Mesa passou à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º4</b>	<b>Análise e deliberação da alteração aos Estatutos da Empresa Municipal Cura Aquae – Termas de Melgaço, E.M.</b>
---------------------	---

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. O Senhor Presidente da Câmara apenas referiu que a Cura-Aquae fez um investimento na ordem dos 300 mil euros na produção de energia fotovoltaica e por isso precisa de ter condições para não só para consumir aquilo que são as suas necessidades, mas também, poder vender essa energia produzida em momentos em que não a utilizem. O CAE que têm, não lhe permite fazer essa venda, por isso o que é proposto é a admissão de um CAE que permita à empresa fazer venda dos excedentes de energia.

Tendo-se o Deputado José Albano Domingues inscrito para intervir neste ponto da ordem do dia, afirmou concordarem os deputados da sua bancada com a proposta



alteração dos Estatutos da Cura Aquae, em parte motivados pela necessidade da ampliação do seu objeto social e a criação de um novo código de atividade económica, em virtude do investimento feito na produção de energia fotovoltaica, tendente à autossustentabilidade em matéria de energia, e possibilitando a venda dos excedentes à rede, o que certamente se repercutirá positivamente nas contas da empresa, contendo as restantes alterações com a necessidade de adequação dos Estatutos à legislação entretanto promulgada, concretamente à Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, lembrando o senhor Deputado, a este respeito, que a constituição da empresa municipal Cura Aquae data já do mês de janeiro de 2011. O Deputado José Albano focou, depois, o lapso verificado na proposta nova redação do artigo sétimo, alusivo à remuneração dos membros do Conselho de Administração, onde se pretendia escrever “renumerado” em vez de “remunerado”. Finalizou a sua intervenção aludindo ao artigo vigésimo da proposta de alteração, com a epígrafe “Orientações Estratégicas e Deveres de Informação”, dizendo que se é verdade que o Município de Melgaço é o sócio maioritário e deverá, no âmbito da gestão ou administração da empresa, ser ouvido e articular com o concessionário da exploração, importante será também dar espaço e margem de manobra para que o parceiro privado, que é quem conhece a atividade, e tem o *know-how* necessário, possa trabalhar, pedindo-se-lhe, depois, obviamente, o atingimento de resultados.

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora Presidente da Mesa passou à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º5</b>	<b>Análise e deliberação da revisão orçamental n.º1 de 2024</b>
---------------------	---

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente informou que, no orçamento definido para 2024 tinham uma estrutura de custos para o concurso de transportes e a respetiva adjudicação que estava distribuída pelos anos 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027. Foi necessário anular e fazer um novo concurso, no final do mês de outubro ou início de novembro, discutido nesta Assembleia. É necessário fazer essa revisão orçamental para que a despesa seja acomodada nos anos 2024, 2025, 2026 e 2027, passando ainda o resto de despesa para o ano 2028. É esse ajustamento que é necessário acomodar porque o concurso foi feito em final de outubro ou princípio de novembro.

Terminada a explicação do Senhor Presidente da Câmara e não havendo mais pedidos de intervenção a senhora Presidente da Mesa passou à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria com 9 abstenções do grupo parlamentar do PSD.

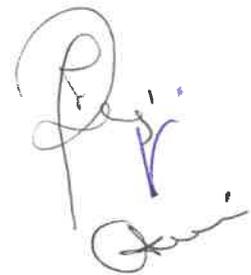
Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º6</b>	<b>Intervenção do Público</b>
---------------------	-------------------------------

Neste último ponto da ordem do dia, inscreveu-se o cidadão Carlos Gonçalves, para falar sobre o loteamento de Alvaredo. O senhor Carlos Gonçalves veio à Assembleia Municipal questionar sobre qual o ponto da situação deste loteamento que, segundo ele, já tinha sido, em parte, esclarecido durante a assembleia. No entanto, deixou uma sugestão. Considera que é um erro fazer o loteamento na freguesia de Alvaredo, pois vai-se criar uma descontinuidade difícil de absorver pelos residentes, e também vai ser mau para quem vai lá viver, porque não há serviços complementares, e



os mesmos não vão ser criados. Também não vai ser bom para o concelho, porque não se podem fazer investimentos a montante da sede concelho. O único centro que há no concelho e que o alavanca, é a Vila. Os investimentos têm que ser sempre a montante. Está-se a criar um concelho assimétrico, a metê-lo numa faixa, quando Melgaço tem 238 quilómetros quadrados. Deveria haver a preocupação de ter um planeamento estratégico territorial, de forma que o concelho crescesse de uma forma mais harmoniosa. Eventualmente, criar centros espalhados pelo concelho, para permitir que efetivamente quem quiser o possa fazer em Cubalhão, em Couso, na Gave, assim o faça. Podia-se, com uma gestão mais criteriosa, e que a Câmara fosse mais flexível com o controlo dessas correntes, libertar investimentos para que, efetivamente, fossem canalizados para as juntas, que, em parcerias nas suas localidades, criassem condições para que o concelho crescesse de uma forma harmoniosa, para que o concelho não fique despovoado. As juntas de freguesia, mais do que ninguém, estão no território, conhecem as pessoas, conhecem os problemas sociais e nomeadamente as possibilidades de investimento. Isto não é uma crítica, mas é uma sugestão de melgacense que gosta de Melgaço. Não façam lá o loteamento, pediu o Carlos Gonçalves. Um das razões que defendem o loteamento, segundo tem ouvido, é que o preço das habitações era simpático. No entanto, também ouviu dizer, que o preço vai chegar aos 250 mil euros. Ainda se vai a tempo, o projeto pode ser executado até 2026. O Senhor Carlos pediu para trazerem esse investimento para perto da vila. Criem condições para que o centro da vila tenha futuro. A nível nacional alguém diz que Portugal tem que ser um todo, de norte ao sul, do litoral ao interior, sem arrastar os pés, ir em frente, avançar. Vamos pegar em Melgaço como um todo, do Ribeiro de Baixo a Cristóval, de Cristóval a Penso, todos juntos, com um projeto uniforme para o concelho. Agradeceu à senhora Presidente por lhe dispensar mais uns minutos do que está previsto no Regimento da Assembleia. Finalizou, referindo que não entendessem a sua intervenção como uma crítica, mas sim uma sugestão, para que possa ser feita uma reflexão profunda, pois está convencido de que, com essa estratégia territorial tinham trabalho para uma década. Melgaço é dos concelhos a nível nacional, que efetivamente tem melhores infraestruturas, nomeadamente, saneamento, água e boas estradas.



Esse investimento maior, que já foi feito e existe, sem esse planeamento estratégico, vai-se perder.

A Presidente da Assembleia recordou que, segundo o artigo 25 do regimento, qualquer pessoa da Câmara ou da Assembleia poderia intervir em resposta ao assunto trazido pelo cidadão Carlos Gonçalves. Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente cumprimentou o Senhor Carlos, e disse que em variadíssimas outras oportunidades, sobretudo nas reuniões realizadas em Alvaredo, teve a oportunidade de manifestar o que pensa sobre este processo de construção de habitação, e agradeceu que trouxesse as suas preocupações também à Assembleia. O senhor Presidente referiu que o executivo fez um exercício de forma alargada, quando agarraram na revisão do Plano Diretor Municipal, amplamente discutido com os Presidentes de Junta, em que houve oportunidade de reunir com todos, logo no início do processo, para juntos perceberem aquilo que era a missão territorial de cada um deles e a missão de capacidade de construção, de reabilitação, capacidade de colocar investimento no terreno. Foi um trabalho exaustivo e bem feito, de forma a se chegar a bom porto. No que concerne à questão das infraestruturas estarem ou não a ser bem aproveitadas, referiu que no período de campanha eleitoral de 2021, teve oportunidade de andar, como é natural, em todo o território. Percebeu que, por exemplo, em algumas aldeias de Castro Laboreiro, com saneamento e água, não tinham gente nas habitações. Atualmente, onde há essas infraestruturas, boa parte dessas habitações que em 2021 estavam sem utilidade, foram adquiridas para fins turísticos. Afinal, a infraestrutura que lá colocaram foi boa, está a ser bem aproveitada. O Senhor Presidente referiu que, por esses motivos, não lhe parecia que esse investimento tenha sido mau feito ou traga problemas, pois é uma oportunidade para se reestruturar todo esse parque habitacional e todos esses lugares e aldeias. Está-se a falar de um projeto muito concreto. Um projeto que inicialmente tinha uma ambição na ordem das 60/70 casas e que, neste momento, depois de ouvida a população, terá cerca de 37/38 casas. E não estão a falar do projeto que vai resolver o problema da habitação em Melgaço. Estão a falar de um projeto que vai ajudar a trabalhar a questão da oferta de habitação. Estão a trabalhar do ponto de vista da oferta pública, sabendo que há um conjunto de outros projetos e intenções de

investimento do ponto de vista de oferta privada de habitação, e essa sim, mais próxima da vila. É importante e que esses projetos se complementem, sobretudo para a população mais nova, jovens que saíram da universidade, por exemplo, pois têm muita dificuldade nessa área, e é muito importante num determinado espaço do município, haver oferta para atrair população. A questão da utilização dos serviços complementares, Alvaredo-Vila são 5km. Nos dias de hoje não é nada do ponto de vista de deslocação e as pessoas facilmente chegam à Vila para as ofertas de saúde, educação e em outras áreas que precisem. O Senhor Presidente referiu que por esse motivo não vê dificuldade para as pessoas que venham a habitar ali, relativamente a esse conjunto de respostas. E mais, já há quem esteja interessado em criar respostas sociais próximas da Zona Empresarial. Está-se a criar um núcleo de algum desenvolvimento urbano próximo do que é o desenvolvimento da área do vinho, que em Alvaredo tem uma grande expressão, e o desenvolvimento da área da indústria, e Alvaredo vai ter uma expressão ainda maior, juntando a Zona Industrial de Penso. Não há, do seu ponto de vista, ruturas, nem assimetrias. O que se tem que defender é que se o território tem condições para crescer na sua totalidade, este input da indústria é importante para que esse crescimento venha a acontecer.

Seguidamente, pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Alvaredo, Diogo Castro. Agradeceu ao eleitor da sua freguesia por ter apresentado esse assunto na Assembleia Municipal. O Senhor Carlos é uma pessoa preocupada com o concelho, com a freguesia de Alvaredo, onde inclusive já teve cargos autárquicos, e com quem tem tido muitas conversas sobre o tema em questão. É uma preocupação da junta de freguesia de Alvaredo reduzir as 56 casas que estavam no projeto inicial, pois também para a junta não fazia sentido esse número. Sempre disseram que o número deveria reduzir, mostraram a sua preocupação e também disseram, quer à autarquia, quer ao IRHU que se deveriam fazer espaços comerciais na referida zona, para dar alguma dinâmica à freguesia e, porventura, no futuro, criar os tais espaços que o Senhor Carlos referia anteriormente. É uma situação que está acautelada, prevista e irão ser construídos dois espaços, de 100 metros cada, para comércio ou serviços. Na opinião do executivo da junta de freguesia, as 37 habitações fazem sentido e são necessárias, e devem ser acauteladas questões de acesso. Alvaredo, para além da indústria que vai

ser criada, tem as empresas na área do vinho: Quinta de Soalheiro, com mais de 50 postos de trabalho, Quintas de Melgaço, Quinta do Regueiro, empresas em expansão. Juntando os postos de trabalho que irão ser criados na Zona Empresarial, há todas as condições para as pessoas terem um local para viver bem, e morar próximo dos locais de trabalho, que no fundo é o que toda a gente quer. Foi um desafio da Junta, com o envolvimento de todos, desafiaram a Câmara a criar habitação na freguesia. Quando assumiu a presidência da junta pela primeira vez, havia 480 eleitores, atualmente há 400. Preocupa-o esta diminuição de população, pelo que, referiu, ter como um dos objectivos, quando deixar este cargo, ter mais população do que quando iniciou o seu mandato. Mas, nunca desacautelando as pessoas que já lá vivem e que querem manter a sua qualidade de vida. No entanto, entende, que é importante criar postos de trabalho, atrair e fixar jovens na freguesia, mas sobretudo fixar pessoas. Porque o que pode acontecer é criar postos de trabalho e, se as pessoas não tiverem uma resposta de habitação próxima dos postos de trabalho, possivelmente em vez de fazerem 5 km até à Vila, ou mais 5 ou 6 km até Chaviães, Paços ou Cristóval, talvez prefiram deslocar-se e fazer o que dizia o Senhor Carlos, vão para Monção viver. Só viriam trabalhar, ganhar dinheiro a Melgaço e iriam gastá-lo noutros territórios. Referiu ainda, Diogo Castro, que quando em 2017 foi eleito Presidente da Junta Freguesia, o próprio Senhor Carlos lhe dizia que era jovem e que deveria ter essas preocupações, que Melgaço estava a perder população e que tinham caminhos arrançados, saneamento, infraestruturas e não iriam ter pessoas para usufruir de tudo isso. Foi isso que fez a Junta de Freguesia de Alvaredo: desafiar, criar postos de trabalho e criar habitação em Alvaredo.

Pediu o uso da palavra o Senhor Deputado José Albano Domingues. Iniciou por dar as boas-vindas à Casa da Democracia ao Senhor Carlos Gonçalves. Ele fez o mea culpa dizendo que não o fez muitas vezes, embora já o tivesse convidado mais vezes para aparecer, pois é neste espaço que se discutem os interesses e os assuntos que respeitam aos melgacenses. Também referiu, que, se calhar, Melgaço perdeu durante muitos anos aquilo que importa, que é discutir publicamente os assuntos que interessam a Melgaço e isto, no fundo, é uma lufada de ar fresco. Este processo de Alvaredo foi problemático e de certa forma emblemático para o Senhor Deputado, exemplo do que é participação cívica e vivência em democracia. Não temos que ficar constrangidos por

alguém não concordar connosco, disse o Deputado. E se calhar, essa discussão até seria proveitosa para o próprio executivo que não está habituado a que alguém tenha opinião diferente daquilo que é a proposta da ação governativa. O Senhor Deputado referiu que já teve oportunidade de conversar pessoalmente com o Senhor Carlos acerca desse projeto e também lhe disse que não era adepto de tudo ou nada, é adepto de consenso e soluções equilibradas. A personalidade do Senhor Presidente da Câmara tem características que não lhe permitem deixar cair este projeto, mas foi importante reestrutura-lo, redimensioná-lo. A bancada do PSD também disse qual era a sua opinião na Assembleia onde se discutiu esse assunto. Redução, redimensionamento, reformulação, criação de espaços verdes e de lazer e área comercial. De certa forma, isso conseguiu-se. Não com a dimensão que alguns habitantes de Alvaredo gostariam, mas de facto, concorda particularmente com o que o Diogo Castro disse: é muito importante na implementação desse projeto fazer a seleção de quem o vai habitar. E deu um exemplo: há um par de anos o Senhor Deputado foi visitar uma irmã que mora em França, e estava a morar num apartamento novo, num bairro novo, com os prédios em construção massiva, esteticamente impecáveis. Comentou com a irmã que gostaria de visitar aquela zona, e ela disse-lhe o seguinte: se fores lá, não leves carro porque ficas sem ele e vais vir despido. Porquê? Se é uma construção tão recente e aprazível? Ao que a irmã respondeu: porque a Câmara promoveu a construção de arranha-céus para albergar pessoas carenciadas. A partir dali foi um nicho de criação de criminalidade e foras da lei. Portanto, referiu o Senhor Deputado, são perfeitamente compreensíveis estas preocupações dos habitantes de Alvaredo, e que, com bom senso e sensatez tudo irá a bom porto. Para finalizar o Deputado José Albano referiu que o Senhor Carlos disse uma coisa com que concordava a 100% e que tem que estar na base dos projetos e implementação de concelho: que era trazer projetos para serem implementados a jusante, exatamente para que não aconteça aquilo que todos sabem que tem acontecido, que é os melgacenses pouco a pouco vão fugindo, não só na parte comercial mas na própria parte da residência de habitação para Monção.

A Senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Deputado Vítor Cardadeiro. Referiu que as premissas faladas na Assembleia sobre este tema, o Senhor Deputado já as defendia enquanto membro de executivo. Concorda, e é evidente, que

deveriam preocupar-se muito mais com os investimentos para o Norte e Este do concelho. O caminho tem sido esse, e vão tentar percorre-lo o melhor possível, mas só quis reforçar que essa já era uma ideia que o PSD tinha trazido ao executivo camarário.

O Senhor Presidente da Câmara pediu autorização à Senhora Presidente da Mesa apenas para deixar duas notas: agradeceu o elogio que o Deputado José Albano Domingues fez sobre a sua teimosia. Referiu ainda que, é teimoso até ao momento em que o convençam de que a sua teimosia não está correta. Relativamente à questão do investimento mais a Norte, ainda nesta Assembleia trataram de um investimento nessas condições, as Casas de Fronteira. Quanto à questão da habitação: o papão de que a nossa população ou população que esteja a chegar a Melgaço, fugirá para Monção, não se verifica. Estamos perante uma realidade contrária, felizmente há gente que vem para o território e estão a morar dentro e fora da Vila. Há pessoas que estão a regressar da emigração e que estão a procurar estabelecer-se nas suas freguesias. Há toda esta lógica na aquisição de habitação em algumas zonas do território, para a área do turismo e segunda habitação. Isto é importante, traz gente para o território, mas não resolve, completamente, a questão demográfica. De ano para ano tem crescido, nos serviços, o número de pedidos de licenciamento para Melgaço. Não se quer o problema que o Deputado José Albano coloca de Paris, ou de outras zonas de França, está-se a falar de uma realidade desses países que é muito complicada. E a aposta do território e do país quando está a crescer em habitação pública também não é essa: criar grandes guetos. O bairro do Aleixo, no Porto, e outros, foram desativados e deitados abaixo porque foram más experiências nesse setor. O que se quer é gente que venha para Melgaço, mas que esteja inserida na comunidade e, portanto, a dimensão daquilo que se está a propor para Alvaredo, não é, de maneira alguma, uma dimensão que possa, nalgum momento, criar um gueto. Tudo o que se pretende é que essa habitação seja para classe média, e não um conjunto de habitações sociais. Essa é uma outra área, outro trabalho, outro percurso que se está a fazer, e bem, com um grande investimento no município.

Terminadas as intervenções a Senhora Presidente da Assembleia agradeceu ao senhor Carlos Gonçalves a participação na reunião, pois é enriquecedor ouvir todos os pontos de vista sobre esse assunto e assim se poder formar uma opinião.

Agradeceu a presença de todos e a forma como se desenvolveram os trabalhos, com a elevação que este órgão exige.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram onze horas e quarenta e cinco minutos, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

**Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves**

*Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves*  
Presidente

**Catarina Aurora Rodrigues Mira**

*Catarina Aurora Rodrigues Mira*  
1.ª Secretária da Mesa da Assembleia

**António Nabeiro**

*António Nabeiro*  
2.º Secretário da Mesa da Assembleia